

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.397.261 - RS  
(2018/0297434-6)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PROCURADORES : MÁRCIA PEREIRA AZÁRIO - RS025246**  
**MARCOS LEANDRO DE FREITAS XAVIER E OUTRO(S) - RS028843**  
**ELTON AIRTON ZIELKE - RS017574**  
**MARCOS TUBINO BORTOLAN - RS036584**  
**MARÍLIA VIEIRA BUENO - RS050775**  
**DANIELA FERNANDA COSTA - RS034422**  
**ANA CLARA BERWANGER BITTENCOURT - RS049418**  
**LISANDRA MORAES DE AZEREDO - RS044473**  
**NILTON ROGERIO BORGES MIRANDA - RS041989**  
**JULIANA RIEGEL BERTOLUCCI - RS069436**  
**GABRIEL ALMEIDA DE ALMEIDA - RS058614**  
**DEBORA CARVALHO DE SOUZA - RS074290B**  
**FABRICIO FRAGA - RS049070**  
**AGRAVADO : MIGUEL VESES CATALUNA**  
**AGRAVADO : MILTON LANDRI STACKE**  
**AGRAVADO : MIRIAN PARGENDLER PERES**  
**AGRAVADO : MONICA RUEDIGER DE BRITTO VELHO**  
**AGRAVADO : NARA MARIA MACHADO NUNES**  
**AGRAVADO : PAULO ROBERTO PANTE**  
**AGRAVADO : PAULO PINTO CAVALHEIRO**  
**AGRAVADO : SONIMARI GRALHA AULER**  
**AGRAVADO : SUSANA CLAUDIA ZAKREVSKI**  
**AGRAVADO : ROSA MARIA ROSADO BUCHAIN**  
**ADVOGADOS : JOSE ALTAIR LOPES MOREIRA - RS023380**  
**ADAO DE JESUS PAZ RODRIGUES - RS0067035**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO NA AÇÃO DE CONHECIMENTO. AGUARDADO DE DOCUMENTOS EM PODER DO DEVEDOR. DESNECESSIDADE. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO N. 1.336.026/PE. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. DECISÃO EXEQUENDA TRANSITADA EM JULGADO ANTES DE 17/3/2016. EXECUÇÃO AJUIZADA ANTES DE 30/6/2017. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

1. Não merece prosperar a tese de violação do art. 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido fundamentou,

claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, resolvendo todas as questões levantadas pelo insurgente.

2. Sendo assim, não há que se falar em omissão, obscuridade, contradição ou erro material do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pela parte agravante, elegendo fundamentos diversos daqueles por ela propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

3. A Primeira Seção desta Corte Superior, no julgamento do REsp 1.336.026/PE, analisado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, registrou que, com a vigência da Lei n. 10.444/2002, a qual incluiu o § 1º ao art. 604 do CPC/1973, o acerto do valor da condenação carente de simples cálculos aritméticos perdeu a natureza de liquidação. Ademais, com a possibilidade de reputar-se correta a conta do credor na hipótese de não entrega pelo devedor dos dados em seu poder, não mais existe justificativa para o retardamento da ação executiva.

4. No exame de embargos declaratórios opostos contra esse julgado, aquele órgão julgador, a par de correções e esclarecimentos, promoveu a modulação dos efeitos da decisão com base no art. 927, § 3º, do CPC/2015, consignando que, para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não, completa a documentação), o prazo prescricional de cinco anos para a propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017.

5. A modulação dos efeitos não restringe a aplicação da tese consagrada apenas aos pedidos de cumprimento de sentença ou execuções ainda não ajuizadas, mas também e, por consequência lógica, àquelas já propostas.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Assusete Magalhães, Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

Ministro Og Fernandes  
Relator

